

# MOÇAMBIQUE

## DEPOIS DO SOCIALISMO

### A INDEPENDÊNCIA REVISITADA

Alice Dinerman

Os momentos de viragem e os acontecimentos históricos decisivos têm ecos mnemónicos. Não se limitam a desestabilizar as memórias do passado; alteram, ao mesmo tempo, a forma como recordamos memórias históricas anteriores (Olick, 2003; 2005). As pessoas envolvidas na política, ou que procuram influenciar o processo político, têm disto uma noção obviamente muito clara. Os mais astutos sabem que a obtenção de supremacia na frente mnemónica pode influenciar ou alterar o curso dos próprios acontecimentos que produzem e transformam as memórias. Os «empresários da memória» podem ter interesse em remeter certo ponto de viragem histórica a uma relativa obscuridade; inversamente, podem proclamar o carácter épico de uma ocorrência na aparência banal<sup>1</sup>.

Em Moçambique encontramos hoje o partido dominante, a Frelimo, atarefado a fazer ambas as coisas. Altos quadros e órgãos de decisão do partido deram-se a esforços consideráveis para minimizar o significado histórico de uma série de mudanças mais ou menos simultâneas que ocorreram no final dos anos 80 e começo da década de 1990. Foi então que o país abandonou formalmente a sua identidade socialista e adoptou as vestes de uma democracia liberal; que completou a transição de uma economia em princípio baseada na planificação central para uma economia em que prevalecem os mecanismos de mercado; que pôs fim a um conflito militar brutal que durava há dezasseis anos; e que organizou as suas primeiras eleições multipartidárias, caracterizadas, à época, pelo representante especial das Nações Unidas que ajudou a organizá-las, como «as melhores [...] alguma vez realizadas em África»<sup>2</sup>. Simultaneamente, Armando Guebuza, Presidente de Moçambique e líder da Frelimo, acolheu a conclusão de um recente negócio com Portugal, em Outubro de 2006, como uma «segunda independência». O acordo, que transfere para Moçambique o controlo maioritário de uma das maiores barragens da África, coroa anos de negociações bilaterais altamente litigiosas e é visto como uma importante vitória para o Governo de Guebuza. Não é propriamente a devolução do canal de Suez transposta para o século XXI; mas, a julgar pela fanfarra e pela retórica autocelebratória da Frelimo, assim parece (Patraquim, 2006).

Este artigo defende que ambas as operações correspondem a um único imperativo ideológico, que é o de suprir a memória da revolução e do fracasso revolucionário<sup>3</sup>. Analisa as estratégias narrativas e retóricas que a liderança da Frelimo pôs em marcha com este objectivo. E avalia as repercussões para a «memória da memória» (Olick, 2003; 2005) – no caso, para as práticas mnemónicas oficiais originadas nos anos 70, quando a Frelimo era um movimento nacionalista que conduzia uma luta armada contra o domínio colonial português. Mostro como o partido se apoiou em técnicas discursivas e dramáticas convencionais para ofuscar capítulos e aspectos da sua história que, no período pós-socialista, são uma contínua fonte de desconforto, e ao mesmo tempo reforçou as suas velhas pretensões a um «excepcionalismo» no quadro dos projectos e líderes políticos africanos. Os dirigentes partidários e os órgãos de direcção procuraram, especificamente, refugiar-se em processos de «fetichismo narrativo», que Eric Santner contrasta com o «trabalho do luto», tal como explicado por Freud, definindo-o da seguinte forma:

«[...] a construção e colocação em marcha de uma narrativa consciente ou inconscientemente projectada para eliminar os vestígios de trauma ou de perda que deram origem a essa mesma narrativa. [...] É a forma pela qual uma incapacidade e uma recusa de fazer o luto lida com acontecimentos traumáticos; é uma estratégia que consiste em desfazer, no plano da fantasia, a necessidade do luto, através da simulação de um estado de virgindade [...] O fetichismo narrativo liberta o indivíduo do fardo de reconstituir a própria identidade numa situação “pós-traumática”; com o fetichismo narrativo, há um adiamento indefinido do “pós”.» (Santner, 1992: 144)

Enquanto o processo do luto consiste na recuperação simbólica e no trabalho sobre os sentimentos de ansiedade que se seguem ao trauma ou à perda (e que no próprio momento do trauma ou da perda estão ausentes), o fetichismo narrativo desdenha de qualquer tentativa de recuperação. Em lugar disso, «garante, directa ou indirectamente, não haver, desde logo, qualquer motivo para ansiedade», e procura realizar um fechamento narrativo prematuro que prove isso mesmo (*Ibidem*: 147).

Os exercícios de memória da Frelimo no pós-socialismo estão polvilhados com este tipo de declarações tranquilizadoras, que têm por função sustentar a estratégia de deslocamento temporal do partido. No decurso desta estratégia, o partido, que governa Moçambique desde 1975, tem sido cada vez mais levado a apoiar a sua legitimidade histórica na luta de dez anos pela libertação nacional, o seu mito fundador (Dinerman, 2006: 287). Mas o imperativo da «simulação de um estado de virgindade» pelo apagamento de quaisquer vestígios de influência socialista obrigou o partido a rever também o próprio mito. No fim de contas, foi durante a guerra pela independência que a Frelimo começou a virar à esquerda. O resultado foi a aceleração da derrapagem de uma história já de si altamente mitológica para uma metáfora desfigurada<sup>4</sup>.

As estratégias de legitimação assentes em projectos de «esquecimento organizado» vêm a sua plausibilidade reforçada quando conseguem fornecer uma justificação para o que está a ser esquecido (Adorno, 1986 [1959]: 125)<sup>5</sup>. O «regresso» da barragem de Cahora Bassa ao controlo moçambicano cumpre precisamente essa função, embora de forma retrospectiva<sup>6</sup>. A transferência da propriedade da barragem legitima a adopção pela Frelimo do discurso da libertação, subtraído da componente de militância radical que em tempos consistia o seu elemento definidor. Ao mesmo tempo, também realiza o fechamento narrativo precipitado e injustificado que é típico dos processos de fetichização. Oferece um segundo marco que desde há muito fazia falta para acompanhar o grande feito histórico da Frelimo, a independência nacional; em conjunto, 1975 e 2006 colocam dentro de parêntesis tudo o que aconteceu entretanto.

A TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE  
DA BARRAGEM LEGITIMA A ADOÇÃO PELA  
FRELIMO DO DISCURSO DA LIBERTAÇÃO,  
SUBTRAÍDO DA COMPONENTE DE MILITÂNCIA  
RADICAL QUE EM TEMPOS CONSISTIA O SEU  
ELEMENTO DEFINIDOR.

## CONTEXTO HISTÓRICO

Em 1987, em plena escalada de uma guerra de desestabilização, a Frelimo introduziu um programa de ajustamento estrutural patrocinado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Dois anos mais tarde, abandonou formalmente o marxismo-leninismo, que havia sido a sua ideologia oficial desde 1977. A ruptura formal com o socialismo de Estado coincidiu com a decisão de entrar em negociações directas com a Renamo, um movimento militar rebelde que havia sido criado por procuração pela Rodésia e subsequentemente herdado pela África do Sul do *apartheid*. As conversações de paz, realizadas em Roma, culminaram no Acordo Geral de Paz (AGP), assinado a 4 de Outubro de 1992. O acordo encerrou um conflito militar cruel que tinha nascido, em 1976, da luta nacionalista africana, à escala de toda a região, para erradicar os últimos bastiões de supremacia branca no continente. A guerra conduziu à morte de cerca de um milhão de pessoas, teve um custo estimado em 20 mil milhões de dólares e deixou o país em ruínas. O combate foi marcado por horríveis atrocidades em massa, a vasta maioria das quais cometida pela Renamo, cuja insurreição rural desencadeou uma «grotesca campanha de terror»<sup>7</sup> contra a população civil desarmada.

Dois anos depois de a Frelimo ter adoptado uma nova constituição multipartidária, que preparou as condições para a realização de eleições pluralistas, a paz chegou. As eleições tiveram lugar em Outubro de 1994, sob os auspícios de uma força de manutenção da paz das Nações Unidas, que supervisionou o processo de transição (1992-1994). A Frelimo ganhou. O presidente da Frelimo, e Chefe de Estado de Moçambique, Joaquim Chissano, recolheu 53 por cento dos votos nas eleições presidenciais, enquanto o partido conquistou 133 dos 250 lugares no novo parlamento multipartidário. Mas a Renamo, o seu único rival sério, obteve mais de 33 por cento dos votos nas presiden-

ciais, e ganhou em cinco das onze províncias de Moçambique, incluindo as duas mais povoadas. O resultado eleitoral da Renamo demonstrou de forma clara até que ponto o antigo exército insurreccional tinha conseguido autonomizar-se dos seus patrocinadores externos e ganhar implantação nas zonas rurais, que haviam sido o principal campo de batalha durante o conflito armado.

A Renamo fracassou, contudo, na sua tentativa de aceder ao ramo executivo e/ou de controlar as nomeações governamentais nas províncias em que era maioritária. As exigências da Renamo nestes pontos foram apoiadas pelos doadores internacionais, que pressionaram a Frelimo a seguir o exemplo da África do Sul, onde o recém-eleito Governo do ANC partilhava o poder com o partido do *apartheid*, o National Party. Porém, a Frelimo manteve-se firme, insistindo em que havia sido a vencedora incontestável de um escrutínio eleitoral maioritário; no caso, tinha direito a formar o governo que entendesse, e optou por governar sozinha. O partido dominante conseguiu assim atravessar incólume uma transição complexa e multifacetada sem perder a supremacia política nem um controlo apertado sobre as instituições do Estado<sup>8</sup>.

Muito antes de se terem realizado as históricas eleições de 1994, já a Frelimo estava à procura de respostas para perguntas difíceis, embaraçosas, sobre o seu passado, muitas das quais ganharam especial relevo no decorrer do próprio processo de transição – questões que estavam destinadas a aparecer na campanha eleitoral e que, fossem

MUITO ANTES DE SE TEREM REALIZADO AS HISTÓRICAS ELEIÇÕES DE 1994, JÁ A FRELIMO ESTAVA À PROCURA DE RESPOSTAS PARA PERGUNTAS DIFÍCEIS SOBRE O SEU PASSADO.

quais fossem os resultados, certamente se arrastariam após as eleições. Três conjuntos de questões tinham especial pertinência neste contexto. O primeiro tem a ver com as violações de direitos humanos e com os grandes erros políticos cometidos

sob a sua alçada no período de 1975-1990, especialmente durante a experiência socialista. Vem à memória a estratégia de acumulação centrada no Estado, prosseguida pela Frelimo com grave prejuízo para a vida da maioria dos camponeses, que constituem parte de leão da população moçambicana. Da mesma forma se recordam grandes abusos e arbitrariedades, como o acantonamento compulsivo da população em aldeias em tempo de guerra, os «campos de reeducação» e outras formas de deslocação forçada de populações, para referir só alguns exemplos.

O segundo conjunto de questões tem a ver com a instabilidade da plataforma política do partido, e da sua própria identidade, o que suscita, designadamente, dúvidas sobre a sinceridade do empenhamento da Frelimo na transformação socialista. Como é que o partido compatibiliza as suas inclinações revolucionárias, ainda muito recentes, com o aparente ardor com que agora abraça o neoliberalismo, tal como definido e prescrito pelas instituições multilaterais de crédito e pelos seus principais patrocinadores, de cuja generosidade o Governo de Moçambique – que era em 1990 o mais pobre e o

mais dependente de ajuda de todo o mundo (Hanlon, 1991: 1) – se tornou dependente para a própria sobrevivência?

Uma terceira série de interrogações põe em relevo a erosão do probo e severo código moral, um conjunto de preceitos que são anteriores à conversão da Frelimo em «vanguarda» marxista-leninista, em 1977, mas que estão estreitamente associados à orientação socialista do movimento. Os altos quadros governamentais, nos primeiros anos após a independência, viviam modestamente. Na época, os casos de corrupção de funcionários eram raros; quando ocorriam, não eram tolerados (Hanlon 1984: 194-195, 241-242). Com a introdução de reformas de mercado em meados dos anos 80, e especialmente com a instauração, em 1987, do programa de ajustamento estrutural de Moçambique, a corrupção tomou conta do partido e do aparelho de Estado. Em 1994, na altura em que a Frelimo se apresentou ao eleitorado, a corrupção tinha-se tornado endémica, e alguns membros da liderança do partido, varridos por uma notória fúria consumista, encontravam-se entre os principais envolvidos (Hanlon, 1991: 151, 230-238).

Em suma, se a Frelimo tem uma relação difícil com o seu passado, não é apenas porque as dimensões mais negras do seu currículo governativo são uma incessante fonte de embaraço; igualmente constrangedoras são as virtudes de que o partido abjurou, e que em tempos haviam sido centrais à sua identidade, tanto enquanto movimento de libertação radical como enquanto partido que se proclamava socialista. A evocação pública destes aspectos do passado da Frelimo funciona como uma acusação cáustica, ainda que muitas vezes apenas implícita, contra o partido tal como ele se comporta hoje em dia. A memória do ascetismo e da rectidão, em particular, que eram característicos da antiga Frelimo, apresenta um contraste assinalável com a depravação e a avareza manifestadas por muitas das figuras de proa do partido em finais do século XX e começos do XXI (Dinerman, 2006: 11, 287).

Com dois ciclos eleitorais concluídos, a supremacia da Frelimo continua absoluta. Na esteira da vitória esmagadora obtida em 2004, tanto nas presidenciais quanto nas legislativas, e em especial do colapso da base eleitoral da Renamo nessas eleições, Moçambique ostenta todos os sinais de um «Estado de partido dominante»<sup>9</sup>. Uma série de êxitos alcançados após o fim da guerra, que a Frelimo pode de forma plausível reclamar para si, contribuíram para a aura de inevitabilidade que envolve o partido. Muitos indicariam o crescimento económico (embora altamente desigual) e a estabilidade macroeconómica como duas dessas proezas<sup>10</sup>. Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, e a ajuda externa continua a responder por cerca de metade do orçamento de Estado (República de Moçambique, 2006). Mas o crescimento real do PIB tem sido, desde 1993, de oito por cento em média; ao mesmo tempo, as taxas de inflação anuais diminuíram acentuadamente. Uma queda substancial na pobreza – de 70 por cento da população em 1997 para 54 por cento em 2003 – é um desenvolvimento incontestavelmente salutar. Outro é a redução da dívida. Graças à sua adesão fiel às prédicas das instituições de Bretton Woods, o Governo beneficiou,

ao abrigo de programas de redução da dívida do Banco Mundial, do cancelamento de dívidas bilaterais e multilaterais no valor de mais 2,3 mil milhões de dólares. O dinheiro economizado com os cancelamentos de dívida foi investido em programas-chave de combate à pobreza, que actualmente consomem cerca de 65 por cento do total dos gastos governamentais<sup>11</sup>. Persistem disparidades económicas regionais, um legado do período colonial que se acredita que tenha alimentado a guerra; nalguns casos, porém, também estes começam a dar sinais de se atenuarem<sup>12</sup>. O alargamento dos direitos e liberdades públicas é atestado pelo direito de imprensa moçambicano, um dos mais liberais da África, bem como pelos meios de comunicação social francos e multiformes que florescem desde o fim da guerra (Hanlon, 2006e)<sup>13</sup>.

A salvaguarda da unidade do partido também ajudou a Frelimo a projectar como uma certeza antecipada o seu lugar na administração do Estado. Apesar de crescentes tensões internas, cada mais visíveis, o partido encenou de forma hábil aquela que foi a primeira sucessão presidencial que não foi precipitada pela morte violenta do líder do partido. O VIII Congresso da Frelimo, realizado em Julho de 2002, escolheu Guebuza como candidato às eleições presidenciais de 2004. Mas é plausível que o maior feito tenha sido a própria paz. A cena política nacional continua a ser decisivamente moldada pela incessante hostilidade entre as antigas partes beligerantes. O eleitorado permanece fortemente polarizado num sistema político *de facto* bipartidário (MNA, Janeiro de 2005: 4). Confrontos violentos entre apoiantes da Renamo, por um lado, e da Frelimo e/ou agentes da autoridade, por outro, resultaram em dezenas de mortes em Montepuez em 2000 e em Mocímboa da Praia em 2005<sup>14</sup>. Mas nenhum desses episódios alastrou para uma confrontação mais alargada. Apesar das ameaças (hoje largamente vazias) que os representantes da Renamo periodicamente emitem no sentido de que continuam a considerar o recurso às armas como uma opção em aberto, ninguém parece ter grande desejo de recomeçar a guerra<sup>15</sup>.

Ao mesmo tempo, muitas das tendências e características mais perturbadoras que a Frelimo apresentava no início dos anos 90 têm vindo a acentuar-se progressivamente nos anos mais recentes. A crescente distância socioeconómica que separa o partido das suas antigas bases sociais trabalhadoras ficou em evidência no IX e mais recente congresso – uma distância que reflecte o aumento das disparidades de riqueza e de bem-estar no conjunto do país (MNA, Abril de 2004: 5). Dois terços dos 1326 congressistas presentes naqueles cinco dias de extravagante festival eram funcionários do Estado ou do partido, e 48 eram empresários; por outro lado, menos de oito por cento dos delegados podiam ser caracterizados como operários industriais ou pequenos agricultores (Hanlon, 2006b). Estes números podem ser comparados com os do IV Congresso, realizado em 1983, que contou com 677 delegados, dos quais mais de 54 por cento eram operários ou camponeses (Hanlon, 1984: 206, 276 [Apêndice 4]). Embora o IX Congresso tenha definido a luta contra a pobreza absoluta como a principal prioridade política do partido, como maliciosamente assinalou um comentador

local, não foram na realidade «os operários e os camponeses, que são os nossos pobres», quem tomou essa decisão; foram antes «os ricos, donos de mansões [...] que decidiram que estava na hora de dar aos pobres algumas migalhas do seu banquete» (Graça, 2006).

A transformação da Frelimo em «partido da burocracia» foi acompanhada por níveis cada vez maiores de corrupção<sup>16</sup>. Há hoje ampla documentação que comprova que boa parte das crescentes fortunas pessoais da elite política deriva de lucros ilegais. Pelo menos uma parte destes lucros vem do armazenamento e tráfico de estupefacientes, actividades que se acredita que estejam por trás da expansão económica moçambicana (Hanlon, 2005a; MNA, 2001b). Outra parte foi gerada por «projectos de privatização calamitosos e pela delapidação de recursos bancários», incluindo o roubo de mais de 400 milhões de dólares do sistema bancário (Mosse, 2006b). Alguns dos mais conhecidos escândalos bancários estão ligados ao assassinato dos dois indivíduos que tinham avançado mais na identificação dos responsáveis por estes escândalos. Até à data, não houve qualquer dirigente do partido ou do Governo que tenha tido de prestar contas por estes crimes – ou, aliás, por quaisquer outros (Hanlon, 2001; 2005b; AWEPA, 2006a)<sup>17</sup>. A «criminalização» nascente do Estado não passou despercebida aos eleitores<sup>18</sup>. O halo de invencibilidade que pairava sobre a Frelimo, bem como a atitude quase patológica de soberba assumida pelo próprio partido, sofreu um golpe quase fatal nas segundas eleições, em Dezembro de 1999: a Renamo chegou perigosamente perto de obter uma vitória, ao conquistar quase 48 por cento dos votos nas eleições presidenciais e ao ganhar a maioria em seis províncias. Muitos quadros da Frelimo atribuíram os resultados ao excesso de corrupção e à relutância e/ou incapacidade do Governo de Chissano para lhe pôr um freio. Exigiram mudanças e obtiveram-nas, sob a forma de uma nova liderança<sup>19</sup>. Guebuza é um velho rival de Chissano, um arauto do nacionalismo económico, e um dos homens mais ricos de Moçambique<sup>20</sup>. Está também estreitamente associado a muitos dos mais clamorosos abusos de direitos

humanos perpetrados pelo Governo no início dos anos 80 e tem, alegadamente, «inúmeros conflitos de interesses», que se recusou firmemente a tornar públicos<sup>21</sup>. Apesar disso, é visto como tendo a força de vontade e o peso político necessários para limpar o Governo e salvaguardar a supremacia política da Frelimo.

Guebuza levou o partido a uma vitória retumbante nas eleições de 2004 – embora elas tenham ficado marcadas por um fraco nível de participação e por um conjunto de irregularidades praticadas pela Frelimo (totalmente desnecessárias à vitória, como se verificou)<sup>22</sup>. No combate à corrupção, o novo Presidente tem tido menos sucesso. Alguns observadores próximos têm publicamente posto em dúvida que o empenhamento de

O QUE GUEBUZA TEM DE FACTO PROCURADO  
É CONSOLIDAR A HEGEMONIA POLÍTICA  
DA FRELIMO E TORNÁ-LA UMA COISA NATURAL.  
COM ISTO EM VISTA, TEM DADO GRANDE  
IMPORTÂNCIA À REVISÃO DAS NARRATIVAS  
MNEMÓNICAS DA FRELIMO.

Guebuza nesse combate fosse sério desde o início (Graça, 2006)<sup>23</sup>. O que Guebuza tem de facto procurado é consolidar a hegemonia política da Frelimo e torná-la uma coisa natural<sup>24</sup>. Com isto em vista, tem, como veremos, dado grande importância à revisão das narrativas mnemónicas da Frelimo.

### **O FETICHISMO NARRATIVO – E O SEU PREÇO**

O facto de Moçambique ter experimentado uma «descolonização armada», animada por um nacionalismo revolucionário, pode bem ser de pouca relevância para os processos políticos que actualmente se vivem, e que cada vez mais o assemelham a outros estados-nação africanos (Chabal, 2002: 23, 28 e segs.; Saul, 2007: 15-16). Porém, desde que a Frelimo abandonou as suas pretensões revolucionárias, a proeminência que a guerra de libertação ocupa no repertório mnemónico do partido não tem senão aumentado. Os exercícios de memória da Frelimo centram-se na luta pela independência e são, como tal, originários em dois sentidos diferentes. O primeiro sentido é directo e literal: foi a Frelimo quem conquistou a independência, libertando o povo moçambicano de 500 anos de sofrimento às mãos do colonialismo português. Neste sentido, a luta armada travada pelo movimento, que ajudou a pôr fim a 48 de ditadura na metrópole, foi a parteira da nação. Moçambique pode não estar tão obcecado com o seu nascimento como nação independente, e com os acontecimentos que o propiciaram, como Angola, o seu irmão lusófono, onde «seis dos sete feriados nacionais que celebram acontecimentos históricos [...] andam de uma forma ou de outra em torno da luta pela independência contra Portugal» (Zerubavel, 2003: 322). Mas não fica muito atrás. De nove feriados, quatro assinalam de forma explícita datas marcantes na história da Frelimo antes da independência e/ou a transferência do poder para as mãos do movimento<sup>25</sup>. Dois feriados nacionais cumprem uma função dupla, não só «recordando [...] os membros [da comunidade]» de que a nação «nem sempre existiu», mas sobretudo de que, se não fosse a luta heróica e bem sucedida levada a cabo pela Frelimo, ela não teria chegado a existir (*Ibidem*: 323). O primeiro desses feriados é o Dia da Independência (25 de Junho), deliberadamente marcado para coincidir com o 13.º aniversário da fundação da Frelimo, em 1962. O segundo é o Dia das Forças Armadas (25 de Setembro), que coincide com o aniversário do começo da guerra de libertação, em 1964, e também com o início do Governo de transição dominado pela Frelimo (Setembro de 1974-Junho de 1975). O ciclo anual das comemorações oficiais estabelece assim uma relação umbilical entre a libertação nacional e o papel da Frelimo na guerra de independência.

A noção de que é politicamente imperativo reiterar o carácter sagrado desta relação tem vindo, nos anos mais recentes, a reforçar-se, à medida que velhos conflitos em torno de questões de simbolismo histórico ganham relevo. A inscrição narrativa de um novo feriado, o Dia Nacional da Paz e Reconciliação, constitui um terreno sobre o qual se travam tais lutas. Em Março de 2002, o Parlamento aprovou legislação no sentido de incluir esta data, que comemora o aniversário da assinatura do AGP,



no calendário nacional. Embora a Renamo procurasse há muito que fosse conferido ao 4 de Outubro o estatuto de feriado oficial, foi o grupo parlamentar da Frelimo quem introduziu a legislação. O facto de ter sido a Frelimo a patrocinar a lei não impediu os deputados da Renamo de a proclamarem com estrépito como uma vitória inquestionavelmente sua. O chefe parlamentar da Renamo foi mais longe, declarando que o acordo de paz constituía um momento de viragem histórica comparável aos Acordos de Lusaka que abriram caminho à independência, assinados entre a Frelimo e o

O CICLO ANUAL DAS COMEMORAÇÕES OFICIAIS ESTABELECE UMA RELAÇÃO UMBILICAL ENTRE A LIBERTAÇÃO NACIONAL E O PAPEL DA FRELIMO NA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA.

Governo português – e o complemento histórico de que estes necessitavam. Esta reacção é coerente com a visão desde há muito defendida pela Renamo, segundo a qual o antigo exército, na época em que era apoiado pelo regime do *apartheid*, teria conduzido uma «segunda guerra de libertação»<sup>26</sup> contra a tirania marxista, uma missão cujo sucesso final teria sido consagrado precisamente pelo AGP (MNA, Abril de 2002: 4). Os deputados da Frelimo responderam à manobra da Renamo para se apropriar do Dia da Paz com o argumento de que o aniversário do AGP pertence «a todo o povo de Moçambique» (*Ibidem*: 5)<sup>27</sup>. A polémica parlamentar deu-se na sequência de uma vaga de esforços da Renamo para minimizar a importância da luta armada pela soberania nacional conduzida pela Frelimo (MNA, Janeiro de 2002b: 8).

Foi neste contexto, alguns meses mais tarde, que Chissano, discursando nas celebrações do Dia da Independência, deixou perfeitamente claro que a transferência do poder dos portugueses para a Frelimo em 1975 tinha constituído um acontecimento sem precedentes, para o qual não havia, nem jamais poderia haver, um segundo acto. Mais que isso, sublinhou que, no que lhe dizia respeito, a guerra de libertação era território exclusivo da Frelimo e constituía o apogeu da resistência anticolonial. Nas suas palavras,

«há quem diga que ao recordar factos do passado estamos a fazer propaganda política. Mas é impossível separar a nossa independência da luta que conduziu a ela [...] Não podemos celebrar a independência [...] sem celebrar a vitória dos que lutaram pela independência, sem celebrar aqueles que mobilizaram o povo. O povo não foi mobilizado por acidente. Foi mobilizado por uma organização, e essa organização tem um nome, Frelimo. Será sempre impossível falar da independência de Moçambique [...] sem falar da Frelimo.»

Daqui, Chissano passou à ridicularização da ideia de que «qualquer dia, outro qualquer proclama a independência» (citado por MNA, Julho de 2002a: 11). Mais recentemente, a tentativa levada a cabo pela Renamo para mudar o emblema nacional, que inclui uma espingarda simbolizando a luta armada, recebeu idêntica resposta do deputado Mateus Katupha, da Frelimo (MNA, Fevereiro de 2006a: 5).

Para compreendermos o segundo sentido em que os exercícios de memória da Frelimo são originários, teremos de regressar às representações sobre a luta armada tais como elas se foram desenvolvendo. A propaganda da Frelimo defende, desde finais dos anos 60, que a guerra de libertação teve um papel formativo para o movimento, dando origem a princípios políticos, práticas e procedimentos de decisão que definem a sua identidade e governam a sua actuação até hoje. Mas, concretamente, *de que modo é que a independência foi formativa, e exactamente que padrões de comportamento é que ela cristalizou*, isso tem mudado, como se tornará patente. Inicialmente, o discurso oficial era o seguinte. Os imperativos resultantes da condução de uma guerra popular prolongada deram origem, nos territórios conquistados, ou «zonas libertadas», a relações sociais que radicalizaram tanto os guerrilheiros quanto as populações camponesas. Por seu lado, foi o crescente espírito militante de ambos os grupos que permitiu à ala revolucionária da liderança nacionalista prevalecer sobre os defensores de uma «falsa descolonização» – uma solução que teria retirado o carácter racial às relações sociopolíticas coloniais deixando deliberadamente intactas as relações de exploração e de opressão características do domínio português, para tirar partido delas. A dinâmica mutuamente radicalizadora entre os dirigentes e as bases, e entre o movimento e as populações rurais, foi impulsionada pelo exercício da crítica e da autocritica. A «acção dialéctica liderança-massas» foi prosseguida no período da independência, pressagiando a vocação revolucionária de Moçambique e ao mesmo tempo garantindo o desenvolvimento do progresso revolucionário<sup>28</sup>. De acordo com esta lógica, a luta armada não foi tanto a parteira do nascimento da nação quanto o cadinho onde se forjou a futura identidade socialista da nação em formação. A adopção formal do marxismo-leninismo no III Congresso da Frelimo, em 1977, limitou-se a consagrar esta identidade. A tese de que se estava a proceder a uma transformação socialista, e de que esta transformação era testemunho da eficácia e da vitalidade continuadas da aliança operária-camponesa forjada nas zonas libertadas, manteve-se até ao V Congresso, em 1989, momento em que o partido renunciou sem cerimónias à sua identidade marxista<sup>29</sup>.

A natureza das relações entre a guerrilha e os camponeses nas zonas libertadas é matéria de controvérsia académica, assim como o é a natureza das aspirações camponesas, e a questão de saber se estas foram mudando ao longo do tempo<sup>30</sup>. De qualquer forma, três coisas são claras. Primeiro, a Frelimo exagerou o alcance das transformações sociais realizadas nas áreas sob seu controlo, apresentando erroneamente, de forma propositada ou não, soluções transitórias, tais como o cultivo colectivo, como prova de uma tendência irreversível para a radicalização. Em segundo lugar, descontados todos os exageros, é verdade que a Frelimo, sob a liderança da ala radical do movimento, teve um sucesso considerável na mobilização das populações locais a favor da causa nacionalista nas duas províncias em que esteve baseada durante mais tempo (Chabal, 2002: 8-12). Terceiro: não há nenhuma razão para acreditar que os mecanismos de consulta popular desenvolvidos no quadro de guerras de libertação, quais-

quer que eles sejam, possam manter-se para lá da vitória – e o caso moçambicano ilustra isto à perfeição, visto que apenas dois anos após a independência, no seu III Congresso, a Frelimo adoptou um conjunto de políticas económicas altamente desfavoráveis ao interesse e ao bem-estar dos camponeses<sup>31</sup>.

A tese da continuidade permanece central à estratégia de legitimação da Frelimo<sup>32</sup>. Porém, o partido governante já não alinha no sentido de sustentar o argumento de que em Moçambique se está a construir um Estado e uma sociedade revolucionários. Pelo contrário, esta tese é hoje avançada com vista a ofuscar o facto de que alguma vez tenha sido prosseguido qualquer projecto político revolucionário. Para fundamentar a sua insistência inabalável em que as coisas são como sempre foram, e como deviam ser, os órgãos e as figuras de topo da Frelimo têm utilizado novas lógicas. O resultado é que as narrativas estatais pós-socialistas não só ignoram a experiência da Frelimo enquanto vanguarda política, mas, ao fazê-lo, inevitavelmente também procedem a uma revisão da história da luta de libertação. Em consequência, a memória oficial da história da Frelimo pré-independência está a tornar-se cada vez mais distorcida e abstracta, no preciso momento em que o significado simbólico desse período adquire novas dimensões<sup>33</sup>.

Uma das lógicas mencionadas acima consiste em apelar a um ou vários dos denominadores comuns, reais ou imaginários, que têm animado a Frelimo desde a sua fundação. A versão preliminar das teses ao VIII Congresso da Frelimo, elaboradas para enquadrar o debate preparatório interno, é ilustrativa. Proclama que «os objectivos da Frelimo enquanto partido são fundamentalmente os mesmos pelos quais lutou, enquanto movimento de libertação, durante a guerra contra o domínio português». Esses objectivos consistem na «libertação nacional, na justiça social, no acesso melhorado à terra, à água, à educação e à saúde, e na igualdade social e política entre homens, mulheres e jovens, sem discriminações étnicas, religiosas, raciais ou partidárias». Aqui, a tese da continuidade assenta na separação de velhos desígnios políticos e de desenvolvimento – todos eles meritórios – do enquadramento ideológico global que crescentemente os organizou e modulou a partir de 1966-1967, à medida que o movimento de libertação começou a inclinar-se para a esquerda. A reafirmação defensiva de que nada mudou dificilmente se coaduna com o convite dirigido por estas mesmas teses aos «empresários e proprietários de meios de produção» – dois grupos a quem a inscrição na Frelimo tinha sido interdita no período 1977-1989 – para não só aderirem ao partido «mas desempenharem um papel saudável e preponderante na construção de uma sociedade próspera e de uma nação forte» (MNA, Janeiro de 2002a: 5)<sup>34</sup>.

Outra abordagem típica levada a cabo pelos quadros dirigentes do partido consiste em transpor a linguagem dos direitos humanos, que se tornou na moeda corrente em

O PARTIDO GOVERNANTE JÁ NÃO ALINHA NO SENTIDO DE SUSTENTAR O ARGUMENTO DE QUE EM MOÇAMBIQUE SE ESTÁ A CONSTRUIR UM ESTADO E UMA SOCIEDADE REVOLUCIONÁRIOS.

África no pós-Guerra Fria, para os tempos em que a Frelimo, como outros movimentos nacionalistas armados do Terceiro Mundo, tendia a privilegiar fortemente os direitos sociais e económicos colectivos, em detrimento dos direitos individuais e das liberdades políticas<sup>35</sup>. Um exemplo deste tipo de manobra de descontextualização histórica é o discurso de Guebuza que em 2005 assinalou o «Dia da Legalidade». Em vésperas de completar o seu primeiro ano na presidência, Guebuza invectivou contra a corrupção, a incompetência e o arrastamento dos processos no sistema judicial, afirmando que o lamentável desempenho dos tribunais e da aplicação da lei escarnecia dos «direitos» pelos quais a luta de independência teria, supostamente, sido travada (MNA, Dezembro de 2005b: 10). A diatribe de Guebuza cumpre uma tarefa em três passos. Primeiro, fecha os olhos às limitações de ambos os regimes de direitos. Segundo, recolhe o que cada um deles tem de positivo e remistura-os, para atingir uma espécie de síntese mais elevada. E, terceiro, passa a apresentar a amálgama resultante como uma característica imutável (embora, actualmente, em perigo) da plataforma política da Frelimo. Ao mesmo tempo, e não por acaso, evita identificar uma razão importante que explica o nível de disfuncionalidade do sistema judicial, pelo menos naquilo que

A INSISTÊNCIA NO CARÁCTER DECISIVO DAS CONTINUIDADES HISTÓRICAS ESTÁ ESTREITAMENTE ASSOCIADA À TESE DE QUE A EXPANSÃO DE DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS VERIFICADA APÓS 1989 LEVA A MARCA DA FRELIMO.

diz respeito aos casos de grande corrupção e aos assassinatos directamente relacionados com dois deles: uma série de medidas tomadas por altos dirigentes do partido no sentido de obstruir, manchar ou fazer descarrilar as investigações criminais que procuravam desvendar estes casos e trazer os criminosos à justiça<sup>36</sup>.

Se os dois exemplos acima confundem o passado e o presente da Frelimo, assim como a relação entre eles, outras declarações de altos dirigentes do partido procedem a uma falsificação descarada do registo histórico. Com isso, põem em evidência as crescentes tensões a que está sujeita a memória da guerra da independência. Considere-se a resposta dada por Guebuza aos jornalistas no fim de um comício que celebrava, em Junho de 2002, o 27.º aniversário de independência. Questionado sobre se o país de hoje era aquele pelo qual tinham lutado os heróis do movimento de libertação, respondeu que «na altura o que interessava era libertar o país da dominação estrangeira» (MNA, Julho de 2002a: 12)<sup>37</sup>. Com este tipo de «memória», ninguém poderia imaginar que já no II Congresso da Frelimo, realizado em 1968 na província «libertada» do Niassa, o movimento se alinhava orgulhosamente com a luta mundial que tinha por fim «a total liquidação do colonialismo e do imperialismo, e a construção de uma sociedade nova, livre da exploração do homem pelo homem» (Mondlane, 1983: 195).

A insistência no carácter decisivo das continuidades históricas está estreitamente associada à tese, avançada por líderes do partido, de que a expansão de direitos, liberda-

des e garantias verificada após 1989 leva a marca da Frelimo, da mesma maneira que a descolonização e todas as proezas do período pós-independência (cf. Hall e Young, 1997: 211). Um bom exemplo deste tipo de argumentação autojustificativa é o discurso sobre a liberdade de imprensa proferido em 2005 pelo ex-Presidente Chissano<sup>38</sup>. Tal como os exemplos anteriores, Chissano procura retocar a imagem do partido tirando o máximo proveito da legitimidade histórica da Frelimo enquanto movimento de libertação, e enquadrando a evolução posterior do partido como estando em harmonia com estas origens míticas. Mas, ao contrário deles, o seu discurso pisa o complicado terreno histórico de 1975-1989. Sintomaticamente, o ex-Presidente não se refere explicitamente à experiência socialista que caracterizou o período; a fase marxista-leninista da Frelimo revela-se por uma mudança dissimulada de engrenagem narrativa, de um registo originário para outro a que eu chamaria «de sobrevivência»<sup>39</sup>. As observações do antigo Presidente distinguem-se das formulações vistas antes ainda noutro aspecto: mostram o destino que levou a «acção dialéctica liderança-massas», que, segundo Chissano, caiu em estado de letargia até 1990 e depois se tornou praticamente irreconhecível na sua encarnação pós-socialista.

O discurso em questão passou em revista a evolução da abordagem da Frelimo ao problema da liberdade de expressão, bem como a história da relação do partido com a imprensa. Chissano começou por notar que o domínio colonial português havia negado a liberdade de expressão aos moçambicanos. Conquistar esta liberdade, sustentou, «tornou-se num dos pilares que dava sentido à nossa luta de libertação nacional». A prática da «crítica e autocrítica» por parte do movimento era, na sua opinião, «um claro exercício da liberdade de expressão no seio da Frelimo». Assim como também o era a institucionalização desta prática em reuniões populares efectuadas nas zonas libertadas, nas quais a Frelimo «garantia o espaço para que as pessoas pudessem contribuir, de forma séria e responsável, identificando os erros e definindo o caminho correcto para a condução bem sucedida da luta». Chissano dirigiu então a sua atenção para o período 1975-1990, em que os *media* eram controlados pelo Estado e altamente censurados:

«Num período histórico extremamente delicado, e com recursos humanos escassos, era imperativo que o Estado tomasse a responsabilidade de garantir que o sentido da nossa independência não fosse distorcido. As forças que se opunham à nossa independência não tinham descanso, e fizeram tudo o que podiam para anular esta conquista tão importante do povo moçambicano.»

Depois de iniciadas as guerras de desestabilização em 1976, explicou, o Estado tomou medidas para evitar que estas forças «usassem a liberdade de imprensa que estávamos a construir para destruir a nossa independência». A censura foi uma dessas medidas preventivas. «Foi uma questão de sobrevivência da nação moçambicana. E é por isso que

estamos hoje aqui, de pé, como Estado e como nação, respeitados e admirados por todo o mundo [...] Antes de se ser livre é preciso existir. Moçambique tinha de existir.»

De acordo com Chissano, as garantias legais e constitucionais da liberdade de imprensa, adoptadas em 1990-1991, estavam inteiramente de acordo com a prática anterior da Frelimo e, mais do que isso, levavam a marca do partido. Foi nessa conjuntura, com o Estado do *apartheid* no seu estertor final, que, prosseguiu, «na Frelimo e no governo fomos claros em que tinha chegado a hora de aperfeiçoar a liberdade de expressão e de imprensa dando mais espaço aos profissionais dos *media*». Podia com segurança dar-se por concluído o período de aprendizagem da comunicação social, uma vez que a Frelimo estava agora perfeitamente convencida de que «nenhum jornalista moçambicano permitiria que o seu jornal fosse utilizado contra a independência e contra o seu próprio povo».

A leitura dos acontecimentos apresentada pelo ex-Presidente continha algumas lacunas significativas, incluindo «a pressão exercida por jornalistas que levou a que a liberdade de imprensa, ausente do primeiro projecto de Constituição, fosse incluída na versão final» (MNA, Outubro de 2005c: 9). Além disso, Chissano tem o cuidado de não referir que a abertura política, de que a Constituição de 1990 era o elemento central, fazia parte de uma estratégia global destinada a isolar internacionalmente a Renamo indo ao encontro de uma das suas putativas exigências, e aumentando assim a pressão externa sobre os rebeldes para chegarem a uma solução negociada<sup>40</sup>.

Vários outros pontos são dignos de nota. Primeiro, de acordo com a explicação de Chissano, o exercício da crítica e da autocrítica, mais do que fazer avançar a causa da revolução, servia para alargar as liberdades individuais. Segundo, e ao contrário do que sustentava a retórica da Frelimo no período socialista, esta prática aparentemente não foi continuada no período pós-independência. Terceiro, após a extinção do socialismo de Estado, a única dialéctica que resta é uma dialéctica autogerada, o que é praticamente inevitável, dado que se nega qualquer papel histórico às lutas populares. Depois do V Congresso, a liderança da Frelimo deixa de estar ligada ou de ter obrigações especiais perante qualquer base social específica, seja ela de classe ou de qualquer outra natureza. Mais do que isso, descobrimos que o progresso histórico (de natureza decididamente não-revolucionária) resulta da aplicação das capacidades quase-místicas de diagnóstico da chefia do partido a circunstâncias históricas alteradas. Nesta versão, os êxitos alcançados após a independência resultam do talento demonstrado pelos governantes moçambicanos para compreender a alteração das realidades geopolíticas, bem como a crescente maturidade política das forças internas; da idealização de um plano de acção em conformidade; e da capacidade de executar unilateralmente esse plano.

As estratégias de deslocamento temporal, sejam originárias ou de sobrevivência, não poderiam completar o fechamento narrativo sem que esta história de continuidade ininterrupta tivesse um fim. Como qualquer contador de histórias experimentado

sabe, a narração requer sinais de pontuação. E as narrativas históricas requerem «sinais de pontuação históricos» (Zerubavel, 2003: 321), como os políticos e os historiadores sabem muito bem. Quando se textualiza o tempo, há sempre uma forte inclinação para o periodizar: «O tempo divide-se horizontalmente em períodos e eras, e “sustenta-se” em acontecimentos fulcrais que funcionam como divisórias e grelhas de interpretação do sentido de cada período.»<sup>41</sup> As periodizações distinguem períodos que consideramos serem históricos, cheios de acontecimentos – as cronologias «quentes» – de outras fatias de tempo que se tornam, de maneira intencional ou não, «rotineiras», «vazias» ou «profanas» (Zerubavel, 2003: 315-316, 324-326)<sup>42</sup>. Neste aspecto, nada distingue a Frelimo. Guebuza, em particular, compreende que a narrativa de continuidade da Frelimo, tal como se desenvolveu no período 1990-2004, é o equivalente narratológico de uma oração descontrolada que tivesse perdido o destino. Para complementar a «cronologia quente» dos mitos fundadores da era da libertação, era necessário um novo acontecimento, susceptível de demarcar e, ao mesmo tempo, de interpretar a história. Estes dois marcadores históricos definiriam, em conjunto, de forma implícita, o período intermédio como *intermédio* – isto é, como representando mais do mesmo, pelo menos no que toca aos compromissos, às normas e aos procedimentos operativos do partido – e, por consequência, como rotineiro, socialmente menos memorável.

Por várias razões, o aniversário do AGP adequava-se mal a esta função de epílogo. Para começar, chama demasiado a atenção para o fracasso da revolução e para o subsequente pacto estabelecido com um movimento insurreccional que a Frelimo por muito tempo desvalorizou como sendo de «bandidos armados» e de fantoches do *apartheid*; com isso, convida à investigação histórica sobre as causas e o significado do desfecho. Levanta em particular questões desconfortáveis como a de saber se, e até que ponto, a Frelimo cedeu perante forças sociais internas, fossem elas da Renamo ou outras; se, e até que ponto, o partido dominante se rendeu a pressões externas; sobre a profundidade, desde o início, do comprometimento da liderança partidária com o socialismo; e sobre o carácter do socialismo da Frelimo. Em segundo lugar, e de forma relacionada, qualquer estratégia de fechamento narrativo que destacasse o 4 de Outubro arriscava-se a alimentar as pretensões de vitória da Renamo. E, como Guebuza, que foi líder da equipa negocial da Frelimo em Roma, sabe melhor do que ninguém, o AGP e o processo de consolidação da paz que se lhe seguiu estão indissociavelmente ligados à liderança de Chissano. Se a Renamo pretende «apagar toda a história do povo moçambicano anterior a 1992»<sup>43</sup>, a Frelimo, sob a direcção de Guebuza, tem procurado evitar que 1992 obtenha o estatuto de

SE A RENAMO PRETENDE «APAGAR TODA A HISTÓRIA DO POVO MOÇAMBICANO ANTERIOR A 1992», A FRELIMO, SOB A DIRECÇÃO DE GUEBUZA, TEM PROCURADO EVITAR QUE 1992 OBTENHA O ESTATUTO DE PONTO DE TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA.

ponto de transformação histórica. A necessidade de evitar a ideia de que os múltiplos e momentosos acontecimentos de 1987-1994 marcam um ponto de viragem na história da Frelimo é igualmente importante. Todas as considerações acima pesaram na decisão de Guebuza de procurar outro «acontecimento» que pudesse ao mesmo tempo fazer avançar os processos de fetichização e consagrar a sua marca na história de Moçambique.

### **FECHAR O PARÊNTESES**

Em 2001, no decurso de um debate parlamentar, a deputada Margarida Talapa, da Frelimo, contestou a tentativa da Renamo de fazer equivaler a sua campanha de desestabilização à luta armada da Frelimo, sublinhando que a independência nacional é um acontecimento único e que só acontece uma vez. «Não há segunda independência», atirou<sup>44</sup>.

Acontecimentos recentes parecem indicar o contrário, isto se tomarmos a sério a avaliação que Guebuza faz deles. O Presidente declarou que um recente acordo com Portugal constitui precisamente esse tipo de acontecimento fundador. O negócio permite ao Governo moçambicano adquirir o controlo maioritário sobre a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), a companhia que é proprietária da gigantesca barragem de Tete, na província mais ocidental de Moçambique. A HCB, o maior equipamento hidroeléctrico da África (Hanlon, 2006d), foi uma «obra de prestígio colonial» (Economist Intelligence Unit [EIU], 2006). Mas, em primeiro lugar e sobretudo, foi construída para servir os objectivos políticos do colonialismo português. Lisboa iniciou planos para a construção da barragem durante os anos 60, tendo em vista levar o consórcio de investidores estrangeiros liderado pela África do Sul que veio a investir no projecto a comprometer-se com um interesse na continuação da dominação colonial portuguesa. Os regimes de Salazar e Caetano pretenderam, em particular, ligar os objectivos estratégicos de Pretória na região aos de Portugal. O engodo para a África do Sul era a perspectiva de uma enorme oferta de energia a baixo preço, garantida por uma fonte politicamente amistosa. Portugal esperava que Cahora Bassa viesse a constituir também uma barreira física artificial proibitiva para os guerrilheiros da Frelimo, cujas operações estavam na altura confinadas às províncias do Norte, cortando-lhes o acesso ao eixo central de Moçambique (Mondlane, 1983: 97-98; Newitt, 1995: 528-529; Isaacman, 2005: 203).

A Frelimo viu-se bloqueada no objectivo declarado de deter a construção da barragem através de ataques militares e da sua campanha de sanções *dam busters* (destinadas a parar a construção da barragem). Mas houve unidades da frente do exército guerrilheiro que acabaram por conseguir contornar o perímetro da HCB. Logrando não ser detectados pelas tropas portuguesas que estavam ocupadas a proteger o terreno da construção, estes grupos atravessaram o rio Zambeze, criando condições para o início da actividade insurreccional em áreas de colonos rurais na província de Manica.



Ao mesmo tempo, os apelos da Frelimo ao desinvestimento ajudaram a chamar a atenção internacional para a causa do movimento (Newitt, 1995: 529, 532).

Os acordos de Lusaka estipulavam a transferência da propriedade da HCB para o Estado moçambicano assim que Portugal tivesse conseguido pagar as dívidas em que incorrera para construir a barragem. A ideia era que os lucros gerados pela HCB permitissem liquidar esta dívida. Porém, as linhas de transmissão foram desde logo interrompidas por repetidos ataques da Renamo. Só após o acordo de paz foi possível reconstruir estas linhas, e só em 1997 é que recomeçaram as vendas de electricidade à África do Sul, o principal cliente da HCB. Entretanto, as dívidas da companhia, que em grande parte resultam de juros acumulados ao longo dos anos, tinham explodido até aos 2,3 mil milhões de dólares americanos (EIU, 2006; MNA Dezembro de 2005a: 4; Vines, 1991: 27-29).

Segundo o acordo, Moçambique adquirirá dois terços da HCB por 950 milhões de dólares, passando a deter 85 por cento da empresa, quando antes detinha 18 por cento. Portugal conservará uma quota de 15 por cento. Das futuras receitas da empresa, 250 milhões de dólares foram destinados a cobrir custos de transferência – valor que já foi atingido. Moçambique pagará a diferença. O preço é menos de metade do que Portugal anteriormente reclamava. A cedência de Lisboa deve-se aparentemente à pressão feita por Guebuza, com a sua abordagem negocial dura e pragmática (MNA, Dezembro de 2005a:4; Africa Confidential, 2006b; MNA, 2007).

Alguns analistas económicos manifestaram reservas quanto à prudência do acordo, que sobrecarregará Moçambique com novas dívidas comerciais precisamente no momento em que o país começa a colher os frutos das iniciativas de redução da dívida do Banco Mundial. Se a assunção de novas dívidas pode ou não ser compatibilizada

NO SEU PRIMEIRO DISCURSO SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO, GUEBUZA INTITULOU A TRANSFERÊNCIA DE CAHORA BASSA PARA O CONTROLO MOÇAMBICANO DE «UMA SEGUNDA INDEPENDÊNCIA».

com os compromissos assumidos por Moçambique no quadro dos acordos com o FMI e com o Banco Mundial, é coisa que está por apurar. Além disso, o acordo foi apresentado como uma afirmação enérgica dos interesses económicos nacionais, mas essa imagem é desmentida por uma cláusula que confia todas as futuras obras na barragem e em projectos associados a empresas portuguesas (a quem foi também prometido tratamento preferencial em outros empreendimentos do sector energético de Moçambique). Observadores de Moçambique assinalaram igualmente que «a renacionalização, na prática, de Cahora Bassa [...] contraria a política oficial de privatizar os bens do Estado e de encorajar o investimento estrangeiro». Por último, foi questionado o bom senso de uma decisão que entrega a «responsabilidade directa pela gestão de um enorme empreendimento comercial ao Governo», que tem um «fraco currículo» precisamente neste tipo de tarefa. Nada disto fez esmorecer a recepção arrebatada que o acordo obteve nos meios ofi-

ciais de Maputo – ou no Parlamento. Guebuza «chorou lágrimas de alegria» quando o memorando de entendimento relativo à transferência foi assinado em Lisboa, a 2 de Novembro de 2005. No dia seguinte, em Maputo, o Parlamento inteiro acolheu a notícia com uma ovação de pé. Mais tarde, no seu primeiro discurso sobre o Estado da Nação, ainda no mesmo mês, Guebuza intitulou a transferência de Cahora Bassa para o controlo moçambicano de «uma segunda independência» (MNA, Dezembro de 2005a: 5). Desde então, tem defendido que a expressão resume bem a intensidade da emoção popular em relação ao acordo (MNA, Fevereiro de 2006b).

Não restam dúvidas de que o simbolismo histórico de Cahora Bassa é tão desmedido como a própria barragem. O projecto hidroeléctrico recorda as ilusões de grandeza que cegaram um império anacrónico. Evoca a dependência de Portugal em relação à África do Sul, e os pontos extremos e dispendiosos a que Portugal foi levado na tentativa de impedir a vitória da Frelimo. Recorda novamente a cumplicidade de interesses ocidentais na continuação da dominação colonial de Moçambique. Relembra as difíceis condições enfrentadas pela Frelimo, e a destreza com que o seu exército de guerrilha e o seu departamento de propaganda exploraram as fraquezas do inimigo. Dirige os holofotes para os detalhes da descolonização. Não menos importante, lembra as memórias da desestabilização promovida pelo regime do *apartheid* e as ligações da Renamo a esse regime<sup>45</sup>.

Mas nem tudo isto chega para explicar cabalmente as razões por que Guebuza resolveu propalar a «renacionalização» de Cahora Bassa como sendo um equivalente simbólico da independência, e o seu complemento histórico. Este artigo procurou fornecer essa explicação. Em primeiro lugar, o acordo, concluído em finais de 2006, sustenta a revisão da narrativa originária feita pelo partido no período pós-socialista. Como vimos, esta revisão levou a que a história, já de si sagrada, da luta de libertação ocupe agora um lugar ainda maior nas práticas de legitimação do partido. O acordo fornece uma justificação tardia para esta atribuição de responsabilidade alargada, bem como para o esquecimento organizado que lhe deu origem.

Um refrão indispensável no discurso político moçambicano é «A luta continua». Cerca de dezasseis anos depois de esse slogan ter perdido quaisquer conotações de classe, vem a descobrir-se quais eram afinal, desde o início, os principais objectivos da luta, e em que é que eles foram alterados pela conquista da independência. Em vez de se dirigir contra o monstro imperialista-capitalista e em nome da transição para o socialismo (como alguns membros e apoiantes da Frelimo erroneamente julgaram), ela tinha desde o início sido orientada contra Portugal, e assim continuou a sê-lo. Segundo esta interpretação, o nascimento de Moçambique como nação soberana não tinha sido posto em causa pelas forças nefastas do comunismo internacional, como sustentava a Renamo. Nem tinha sido traído por uma «falsa descolonização» – supostamente advogada pelos inimigos da radicalização da Frelimo no seio do movimento nacionalista ou (como alguns pensam agora) supervisionada pelo próprio partido no poder

(cf. Saul, 2007: 17-18). A libertação total não estava à espera da «vitória sobre o subdesenvolvimento» nem da criação de um «Homem Novo», como dava a entender a retórica socialista da Frelimo. O que impossibilitou a transferência de recursos económicos cruciais no momento em que a Frelimo recebeu as chaves do reino político foi o passivo financeiro português, ele próprio produto de ilusões e auto-enganos coloniais, e foi por isso que 1975 representou apenas uma vitória parcial. Com a conclusão do negócio sobre a HCB, a soberania sem restrições, que a guerra da Renamo tinha também atrasado, foi alcançada<sup>46</sup>.

Em segundo lugar, o acordo fornece aquilo que faltava ao enredo acima descrito: designadamente, cumpre as convenções narrativas e de sintaxe exigidas pelos imperativos de deslocamento temporal e/ou de subordinação do facto particular a uma ideia geral. A segunda independência de Guebuza codifica o acordo de Cahora Bassa como cronologia quente, ou seja, como história socialmente memorável. Ao fazê-lo, oferece o necessário complemento mnemónico ao período histórico que engloba a luta armada e a partida dos portugueses, e que está codificado em termos semelhantes. Em conjunto, estes dois momentos históricos «sagrados» enquadraram os anos de permissão como sendo uma era de continuidade e, portanto, de menor importância ou significação histórica. Isso não quer dizer que durante esse período não tenha acontecido nada. Pelo contrário, Moçambique sobreviveu e instaurou a paz. Dadas as circunstâncias, não foi pequeno feito. Mas, em termos da história e das proezas do partido, trata-se de um período relativamente rotineiro.

A narrativa histórica de Guebuza mete tanto a experiência revolucionária da Frelimo quanto a transição pós-socialista do partido dentro de um mesmo parêntesis. Um aspecto crucial é que posiciona os limites que encerram esse parêntesis de maneira a desviar a atenção do AGP, cuja importância e significado naufragam num mar de continuidade. Para já, não parece falar-se em seguir o modelo, por exemplo, do Irão, que comemora a data de nacionalização de um recurso nacional importante (e.g.,

A NARRATIVA HISTÓRICA DE GUEBUZA METE TANTO A EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA DA FRELIMO QUANTO A TRANSIÇÃO PÓS-SOCIALISTA DO PARTIDO DENTRO DE UM MESMO PARÊNTESES.

o petróleo) com um feriado. De qualquer forma, venha ou não a ser inscrita no calendário das comemorações, a transferência da HCB está perfeitamente colocada para empurrar para segundo plano, se não substituir, o Dia Nacional da Paz e da Reconciliação: no que aparenta ser uma feliz coincidência para os líderes da Frelimo, o acordo foi concluído em Outubro, o mesmo mês em que foi assinado o AGP.

Do ponto de vista do partido no poder, outro mérito da segunda independência de Moçambique, é que, como todas as grandes proezas nacionais desde 1962, é obra da Frelimo. A paternidade desta recém-cunhada divisória histórica é especialmente importante, dado que o crédito pela inicialmente muito propalada «segunda vaga de independência» que assolou o continente nos anos 90 é geralmente atribuído aos esforços

de «forças internas, sob a forma de movimentos pró-democracia em ascensão que protestavam contra o autoritarismo» (Southall, 2003: 10). A segunda vaga da independência, como a primeira, chegou tarde a Moçambique. Como a anterior, foi conquistada pela Frelimo. Ao contrário da primeira, não foi em co-autoria: nesta última versão da soberania, qualquer simulacro de dialéctica foi abandonado, e nenhuma outra forças sociais, internas ou externas, desempenharam qualquer papel<sup>47</sup>. O facto de ambas as «independências» levarem o selo do partido actualmente no poder distingue claramente Moçambique, o que alimenta ainda mais os conceitos solipsistas da Frelimo – incluindo a velha insistência em que ela é o árbitro exclusivo da sua história, e do número, do intervalo e da organização narrativa dos marcos históricos de Moçambique após a independência<sup>48</sup>.

A importância política do acordo da HCB para Guebuza reside também no facto de, ao contrário do AGP, este ser um troféu seu, e exclusivamente seu. Mas a tese que aqui foi exposta é que é enquanto dispositivo de enquadramento que o verdadeiro alcance desta renacionalização se revela. Usando de forma competente e oportuna este instrumento, a Frelimo conseguiu adaptar mecanismos de fetichização perfeitamente convencionais às suas especificidades narratológicas muito próprias. O adiamento indefinido da confrontação da Frelimo com o passado socialista e com o fracasso revolucionário refuta, de maneira auto-evidente, a condição «pós-traumática» e pós-socialista do partido. Desmente também, e de forma igualmente significativa, a aplicabilidade a Moçambique da designação de «pós-independente» no período de 1975 a 2006; na verdade, o fetichismo narrativo da Frelimo cria as condições para que esses anos passem a ser rebaptizados como período «inter-independência»<sup>49</sup>. Uma das principais vítimas deste processo é a luta de libertação, cuja memória caminha a passos largos para se transformar numa mera abstracção<sup>50</sup>. RI

TRADUÇÃO: IVAN NUNES

1 O termo é definido por Jelin (2003: 33).

2 Citado por MNA (2001a).

3 Sobre as diferentes maneiras de interpretar este fracasso – incluindo o reconhecimento de que o uso do termo «fracasso» é questionável – cf. Saul (2007: 15-19). A «componente maníaca» (Santner, 1992: 153-154), que marca as actuais formas dominantes de legitimação mnemónica, pelo menos indicia fortemente que o núcleo da liderança terá vivido os acontecimentos dos anos 80 e início dos anos 90 como alguma espécie de «perda»; de outra maneira seria desde logo difícil explicar a passagem ao fetichismo narrativo descrita abaixo.

4 Para outros factores, estreitamente relacionados, que conduziram a esta derrapagem, cf. MNA ( Novembro de 2005a) e Fauvet (2004).

5 Para uma análise das práticas mnemónicas pós-socialistas da Frelimo que emprega esta caracterização, cf. Pitcher (2006).

6 Uma grafia alternativa do nome da bargagem, comumente utilizada no período colonial, era Cabora Bassa.

7 Human Rights Watch (1992: cap. 3); tabela 0.1 em Weinstein (2007: 15). A descrição é de Manning (2001: 146).

8 Para monografias recentes que cobrem a história da independência até meados dos anos 90 e/ou à viragem do milénio, cf. Hall e Young (1997); Alden (2001); Pitcher (2002); e Manning (2002).

9 O termo refere-se a uma sociedade cujos governantes obtêm um mandato popular em eleições multipartidárias, limpas e com resultados internacionalmente aceites; cujos eleitores vêem os seus governantes como sendo os principais representantes do «partido natural de governo»; e em que o partido que goza deste estatuto consegue colocar partidários seus «em todas as posições-chave do Governo e na administração». Hanlon (2006a) e a entrevistada do mesmo autor a Dias Cordeiro (2006).

Está por fazer uma análise cabal ao colapso da base eleitoral da Renamo. Mas é claro que a indisponibilidade do líder do partido, Afonso Dhlakama, para aceitar a ascensão de dirigentes partidários cuja competência, empenhamento e capacidade de inovação desafiassem de forma aberta ou implícita as suas gastas políticas (de não aceitação, abstencionismo e obstruccionismo) e a sua gestão ditatorial foi um dos principais factores que produziram este resultado. A expulsão do número dois da Renamo, Raul Domingos, revelou velhas tensões existentes tanto no interior da direcção quanto entre a ala militar e a ala parlamentar do partido. Ao mesmo tempo, pôs em evidência tensões entre os ex-combatentes da Renamo e a direcção do partido. Cf., por exemplo, Manning (2002); (2005); MNA ( Dezembro de 2001), ( Agosto de 2002), ( Setembro de 2002), ( Março de 2005b), ( Maio de 2005), ( Novembro de 2005b: esp. p. 8).

10 Sobre os desequilíbrios criados por este crescimento e reservas quanto à sua sustentabilidade mesmo no médio prazo, cf. Bauer e Taylor (2005: 135-136). Cf. também Economist Intelligence Unit [EIU] (2007).

11 Cf. World Bank (2007) para os números aqui citados.

12 Os resultados do inquérito aos agregados familiares a que este artigo se refere vêm também pôr em causa as análises que dão primazia analítica à divisão socioeconómica entre o Sul e o resto do país para explicar os episódios do pós-independência, incluindo a guerra da Renamo e a sua base eleitoral no pós-guerra. MNA ( Abril de 2004: 4).

13 Porém, o assassinato, em 2000 (no primeiro dos homicídios por encomenda referidos mais abaixo), do maior jornalista de Moçambique, Carlos Cardoso, teve como efeito desencorajar o jornalismo de investigação no país. Mosse (2006a: 12).

14 Ambas as confrontações foram desencadeadas por queixas da Renamo relativas a resultados eleitorais – em Novembro de 2000, por causa da derrota tangencial da Renamo em 1999, e em Setembro de 2005 por causa da vitória da Frelimo numa eleição intercalar autárquica, realizada alguns meses antes e marcada por forte participação e por irregularidades da Frelimo. Em Montepuez morreram mais de 100 pessoas, nas piores cenas de violência ocorridas desde o acordo de paz. O confronto de Mocimboa da Praia causou pelo menos oito mortes. Manning (2002: 202); AWEPA (2005a), (2005b); MNA (Outubro de 2005a), (Outubro de 2005b).

15 Para um exemplo de recente bravata da Renamo, cf. MNA (Outubro de 2006).

16 A caracterização é de Hanlon (2006c).

17 Embora em Maio de 2006 o filho de Chissano, que é empresário, tenha sido acusado no âmbito da investigação ao assassinato de Cardoso. Cf nota 13 acima.

18 A expressão é desenvolvida em Bayart *et al.* (1999).

19 Veja-se a análise feita por Hanlon em Dias Cordeiro (2006).

20 Africa Confidential (2006b); Bauer e Taylor (2005: 135).

21 Africa Confidential (2004b: 3). Destacou-se dessa forma por não seguir o exemplo do ministro das Finanças, Manuel Chang. MNA (Abril de 2005).

22 A participação eleitoral foi oficialmente estimada em apenas 36 por cento, contra 70 por cento em 1999. No entanto, este número baseia-se em estimativas exageradas sobre a dimensão do eleitorado, decorrentes da duplicação de nomes no registo eleitoral. A participação real situou-se provavelmente mais perto dos 43 por cento.

MNA (Janeiro de 2005: 4). Para a confirmação de que houve fraudes perpetradas pela Frelimo, cf. AWEPA (2006b).

23 Compare-se com a posição de Hanlon, tal como expressa em Dias Cordeiro (2006).

24 Diz-se que o novo Chefe de Estado tem pouca tolerância a quaisquer forças políticas internas que não a Frelimo, e que nutre especial animosidade pela Renamo. Há ampla expectativa de uma mudança significativa em relação à abordagem relativamente conciliatória adoptada por Chissano. Africa Confidential (2004a: 3), (2005: 4).

25 Um quinto feriado, o Dia da Mulher, evoca inequivocamente essa mesma luta. Calha no aniversário da morte de Josina Machel, a primeira mulher de Samora Machel, segundo presidente da Frelimo e primeiro Chefe de Estado de Moçambique. A Senhora Machel, uma guerrilheira experientada e co-fundadora do «Destacamento Feminino» do movimento, morreu em 1971 vítima de doença. Por conseguinte, o feriado evoca a guerra de libertação e a contribuição vital dada pelas mulheres, de formas várias e em várias capacidades, para a luta.

26 Cf., por exemplo, Vines (1991: 78).

27 Apesar desta interpretação inclusiva, a Frelimo tem organizado as comemorações do Dia da Paz junto ao Monumento aos Heróis Moçambicanos, um local que grande parte dos líderes da Renamo encaram como sendo território da Frelimo; na circunstância, a Renamo criou o hábito de boicotar as celebrações oficiais e organizar cerimónias paralelas.

28 Este argumento, assim como a expressão, pode ser encontrado em Saul (1985a: 24-7), (1985b: 48-61).

29 Cf., por exemplo, Dinerman (2006: 262-263).

30 Para uma síntese deste debate, cf. Dinerman (2006: 15-17, 66-67, 274-280).

31 Para uma análise comparativa que inclui o caso de Moçambique, cf. Chabal (1983).

32 O peso que esta tese ocupa no imaginário político do partido fica patente quando é um dos mais proeminentes e brilhantes críticos internos da adopção do neoliberalismo pela Frelimo quem a exprime. Comparem-se os comentários de Sérgio Vieira na revista semanal *Domingo* de 9 de Setembro de 2001 com as suas observações improvisadas no decurso dos debates parlamentares em 2003. Cf. MNA (Outubro de 2001: 6) e MNA (Outubro de 2003), respectivamente. Como a coluna da *Domingo* deixa claro, as perspectivas políticas e as práticas de memória dos membros do partido, incluindo de membros influentes que integram órgãos de decisão (como é o caso de Vieira, que faz actualmente parte do Comité Central), estão longe de ser uniformes e podem (como é o caso) ir em sentido directamente contrário às posições e práticas

dominantes aqui examinadas. A intervenção de Vieira na *Domingo* é emblemática da linha mais conhecida, e talvez mais comum, de crítica interna, que é tão mistificadora do passado socialista da Frelimo quanto a orientação que ela critica. Se as declarações e formulações examinadas neste artigo normalmente saltam por cima desse período, ou procuram despojar-lo de qualquer carácter distintivo, a posição mais comum entre a esquerda da Frelimo consiste em utilizar esses anos (sem nunca os precisar muito bem) como um patamar temporal privilegiado a partir do qual se denuncia e se condenam a actual direcção e o actual perfil político do partido, numa atitude que implicitamente dá o dito patamar por irrepreensível. O sarcasmo de Vieira de que os moçambicanos «não se alimentam do passado [revolucionário]» subentende que, se pudessem fazê-lo, estariam regalados com o equivalente ético-político de um banquete régio.

**33** Sobre os riscos que a abstracção coloca à memória histórica, cf. Miller [1990], esp. p. 287.

**34** Para outra autocaracterização minimalista em vésperas do VIII Congresso, veja-se a descrição extremamente parcimoniosa que o Comité Central da Frelimo faz do «papel histórico» do partido, em MNA [Julho de 2002b: 6]. A insistência na fidelidade inquebrantável aos objectivos e compromissos fundadores prenunciou mudanças que vieram a ocorrer no próprio congresso, o primeiro a realizar-se depois dos grandes escândalos de corrupção que rebentaram nos anos 90 – e o primeiro depois dos assassinatos perpetrados por esquadrões da morte que marcaram a sangue a viragem do século. Estas mudanças incluíram a nomeação de Guebuza como candidato pre-

sidencial do partido, mas foram muito para além da questão da sucessão. Englobaram a supressão de elementos da bandeira e do hino do partido que evocavam o passado socialista da Frelimo, e abrangeram os primeiros passos – embora de carácter altamente simbólico – para limitar a corrupção e os conflitos de interesses no seio da Frelimo através de declarações de interesses (protegidas pelo partido). *Ibidem*, pp. 7-8.

**35** Sobre as formas pelas quais a lógica da libertação nacional na África Austral ia contra normas, procedimentos e processos democráticos, veja-se também Southall [2003: 30-49].

**36** Bauer e Taylor (2005: 123); Hanlon em Dias Cordeiro (2006).

**37** Veja-se também MNA [Dezembro de 2004: 10] e MNA [Março de 2005a: 8] para outras descrições dos objectivos da luta armada feitas por Guebuza.

**38** Os quatro parágrafos que se seguem apoiam-se e usam excertos de MNA [Outubro de 2005c], salvo onde se indique o contrário.

**39** No discurso com que assinalou o trigésimo aniversário da independência, Guebuza empregou uma estratégia narrativa praticamente idêntica. Cf. MNA [Julho de 2005: 4].

**40** Por seu lado, esta estratégia resultou da «viragem a Ocidente» que se seguiu à recusa pela União Soviética da candidatura da Frelimo, em meados de 1981, ao estatuto de membro do Comecon (Conselho para a Assistência Económica Mútua) (Hall e Young 1997: 139-146, 199-213; Hanlon 1991: 27-29).

**41** Alessandro Portelli citado por Tonkin (1992: 68).

**42** As expressões entre aspas são de Claude Lévi-Strauss, Zerubavel, P. A. Sorokin e Barry Schwartz, respectivamente.

**43** Edson Macuáua, deputado da Frelimo e secretário para a Mobilização e Propaganda, citado por MNA [Fevereiro de 2006a: 5].

**44** Citado por MNA (Janeiro de 2002b: 9).

**45** Sobre aquilo que este simbolismo activamente suprime, e as implicações disso para futuros projectos hidroeléctricos, cf. Isaacman (2005).

**46** Ver os penetrantes comentários em não assinado (2006).

**47** Sobre a notória ausência de dialéctica no discurso triunfalista sobre o acordo da HCB, cf. Patraquim (2006).

**48** Para um exemplo recente da primeira destas manifestações de empáfia, veja-se a proclamação de Marcelino dos Santos de que «Ninguém [que não a Frelimo] deve poder julgar a nossa revolução.» Citado em Cobban (2007: 172).

**49** Devo esta formulação à discussão de Gluck sobre o «longo pós-guerra» japonês. Gluck (2003).

**50** Outra é a política do reconhecimento, tal como se explica em Dinerman (2006), esp. caps. 7 e 8.

## BIBLIOGRAFIA

NÃO ASSINADO – «A retórica revolucionário-independentista é totalmente descabida num negócio de compra e venda». [Consultado em: 21 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique para todos/2006/11/index.html>

ADORNO, Theodor W. – «What does coming to terms with the past mean?». In HARTMAN, Geoffrey H. (ed.), *Bitburg in Moral and Political Perspective*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1986 [1959], pp. 114-129.

AFRICA CONFIDENTIAL – «Guebuza's day». In *Africa Confidential*. Londres. ISSN 0044-6483, vol. 45, n.º 25, 17 de Dezembro de 2004a, pp. 2-3.

AFRICA CONFIDENTIAL – «Man with a past». In *Africa Confidential*. Londres. ISSN 0044-6483, vol. 45, n.º 25, 17 de Dezembro de 2004b, p. 3.

AFRICA CONFIDENTIAL – «Born again Stalinism». In *Africa Confidential*. Londres. ISSN 0044-6483, vol. 46, n.º 12, 10 de Junho de 2005, pp. 3-4.

AFRICA CONFIDENTIAL – «The Cahora Bassa takeover». In *Africa Confidential*. Londres. ISSN 0044-6483, vol. 47, n.º 6, 17 de Março de 2006a, p. 6.

AFRICA CONFIDENTIAL – «Remaking Guebuza». In *Africa Confidential*. Londres. ISSN 0044-6483, vol. 47, n.º 6, 17 de Março de 2006b, p. 6.

ALDEN, Chris – *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building*. Nova York: Palgrave, 2001.

AWEPA [the European Parliamentarians for Africa] – «Frelimo ends Mocimboa with record 75% turnout but more misconduct».

In *Mozambique Peace Process Bulletin* (AWEPA), n.º 32, 15 de Julho de 2005a. [Consultado em: 19 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.mozambique.mz/awepa>

AWEPA [the European Parliamentarians for Africa] – «Renamo votes were invalidated». In *Mozambique Peace Process Bulletin* (AWEPA), n.º 32, 15 de Julho de 2005b. [Consultado em: 19 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.mozambique.mz/awepa>

AWEPA [the European Parliamentarians for Africa] – «Donors & government at loggheads over governance, corruption». In *Mozambique Political Process Bulletin*. Amesterdão e Maputo, n.º 33, 1 de Novembro de 2006a, pp. 11-13. [Consultado em: 19 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.mozambique.mz/awepa>

AWEPA [the European Parliamentarians for Africa] – «Results analysis confirms fraud

& misconduct in 2004 presidential election». In *Mozambique Political Process Bulletin*. Amesterdão e Maputo, n.º 33, 1 de Novembro de 2006b, pp. 15-17. [Consultado em: 19 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.mozambique.mz/awepa>

BAUER, Gretchen, e TAYLOR, Scott D. – *Politics in Southern Africa: State and Society in Transition*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2005.

BAYART, Jean-François *et al.* – *The Criminalization of the African State*. Londres: The International African Institute em associação com James Currey, Oxford, e a Indiana University Press, Bloomington, 1999. Originalmente publicado em 1997 com o título *La Criminalisation de l'État en Afrique* pelas Éditions Complexe, Bruxelas.

CHABAL, Patrick – «People's war, state formation and revolution in Africa: a comparative analysis of Mozambique, Guinea-Bissau, and Angola». In *The Journal of Commonwealth and Comparative Studies*. Oxford. ISSN 1466-2043, vol. 21, n.º 3, pp. 104-125.

CHABAL, Patrick – «Lusophone Africa in historical and comparative perspective». In CHABAL Patrick, e BIRMINGHAM, David *et al.*, *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2002, pp. 3-134.

COBBAN, Helena – *Amnesty after Atrocity? Healing Nations after Genocide and War Crimes*. Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2007.

DIAS CORDEIRO, Ana – «Resistências dificultam primeiro ano de Guebuza em Moçambique» [entrevista com Joseph Hanlon]. In *Público*. Lisboa, 14 de Fevereiro de 2006. [Consultado em: 10 de Junho de 2007]. Disponível em: [macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2006/02/resistencias\\_dif.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/02/resistencias_dif.html)

DINERMAN, Alice – *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa: The Case of Mozambique, 1975-1994*. Londres: Routledge, 2006.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT [EIU] – «Mozambique industry: hydroelectric-dam pact with Portugal in works». In *ViewsWire*, 13 de Março de 2006. [Consultado em: 17 de Março de 2007]. Disponível em: [http://www.eiu.com/index.asp?layout=VWPrintVW3&article\\_id=1810116966](http://www.eiu.com/index.asp?layout=VWPrintVW3&article_id=1810116966)

EIU – «Mozambique economy: transition». In *ViewsWire*, 11 de Abril de 2007. [Consultado em: 8 de Junho de 2007]. Disponível em: [http://www.eiu.com/index.asp?layout=VWPrintVW3&article\\_id=212083206&printer=printer](http://www.eiu.com/index.asp?layout=VWPrintVW3&article_id=212083206&printer=printer)

FAUVET, Paul – «Publication, book about Uria Simango, Mozambique». In *H-Luso-Africa Discussion Network*, 2 de Agosto de 2004. [Consultado em: 5 de Junho de 2007]. Disponível em: <http://www.h-net.org/~lusoafrica/>

GRAÇA, Machado da – «O congresso dos chefes». In *Savana*, 24 de Novembro de 206

[sic: 2006]. [Consultado em: 19 de Abril de 2007]. Disponível em: [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2006/11/index.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/11/index.html)

GLUCK, Carol – «The "end" of the postwar: Japan at the turn of the millennium». In OLICK, Jeffrey K. (ed.), *States of Memory: Continuities, Conflicts, and Transformations in National Retrospection*. Durham, NC: Duke University Press, 2003, pp. 289-314.

HALL, Margaret, e YOUNG, Tom – *Confronting Leviathan: Mozambique since Independence*. Atenas, OH: Ohio University Press, 1997.

HANLON, Joseph – *Mozambique: The Revolution under Fire*. Londres: Zed Books, 1984.

HANLON, Joseph – *Mozambique: Who Calls the Shots?* Londres: James Currey, 1991.

HANLON, Joseph – «Killing the goose that laid the golden eggs – Mozambique's banking scandals». 2001. Versão inglesa de um artigo publicado inicialmente em *metical*, n.º 1073 de 17 de Setembro de 2001. [Consultado em: 8 de Junho de 2007]. Disponível em: <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d53732.doc>

HANLON, Joseph – «Election e-mail special issue 39» [e-mail de Joseph Hanlon], 17 de Fevereiro de 2005a. [Consultado em: XXX]. Disponível em: [http://www.awepa.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=462](http://www.awepa.org/index.php?option=com_content&task=view&id=462)

HANLON, Joseph – «The new government: winds of change, but no clear direction yet». In *Mozambique Peace Process Bulletin* [AWEPa], n.º 32, 15 de Julho de 2005b. [Consultado em: 19 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.mozambique.mz/awepa>

HANLON, Joseph – «Is a predominant party state "democratic"?». In *Mozambique Political Process Bulletin*. Amesterdão e Maputo: AWEPa, n.º 33, 1 de Novembro de 2006a, pp. 1-3. [Consultado em: 19 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://www.mozambique.mz/awepa>

HANLON, Joseph – «Frelimo congress maintains balance between groups». In *Mozambique 102* [corrigido] [e-mail de Joseph Hanlon], 17 de Novembro de 2006b. [Consultado em: 4 de Junho de 2007]. Disponível em: [http://www.open.ac.uk/technology/Mozambique/p4\\_shtml](http://www.open.ac.uk/technology/Mozambique/p4_shtml)

HANLON, Joseph – «Frelimo is now the party of the bureaucracy». In *Mozambique 102* [corrigido] [e-mail de Joseph Hanlon], 17 de Novembro de 2006c. [Consultado em: 4 de Junho de 2007]. Disponível em: [http://www.open.ac.uk/technology/Mozambique/p4\\_shtml](http://www.open.ac.uk/technology/Mozambique/p4_shtml)

HANLON, Joseph – «Cahora Bassa agreement signed – finally». In *Mozambique 102* [corrigido] [e-mail de Joseph Hanlon], 17 de Novembro de 2006d. [Consultado em: 4 de Junho de 2007]. Disponível em: [http://www.open.ac.uk/technology/Mozambique/p4\\_shtml](http://www.open.ac.uk/technology/Mozambique/p4_shtml)

HANLON, Joseph – «Mozambique press freer than US». In *Mozambique 102* [corrigido] [e-mail de Joseph Hanlon], 17 de Novembro de 2006e. [Consultado em: 4 de Junho de

2007]. Disponível em: [http://www.open.ac.uk/technology/Mozambique/p4\\_shtml](http://www.open.ac.uk/technology/Mozambique/p4_shtml)

HUMAN RIGHTS WATCH – *Mozambique: Conspicuous Destruction*. Nova York: Human Rights Watch, 1992.

ISAACMAN, Allen F. – «Displaced people, displaced energy, and displaced memories: the case of Cahora Bassa, 1970-2004». In *The International Journal of African Historical Studies*. Boston. ISSN 03617882, vol. 38, n.º 2, 2005, pp. 201-238.

JELIN, Elizabeth – *State Repression and the Labors of Memory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003. Publicado inicialmente em 2002 como *Los Trabajos de la Memoria* por Siglo XXI, Madrid.

MANNING, Carrie – «Competition and accommodation in post-conflict democracy: the case of Mozambique». In *Democratization*. Londres. ISSN 1351-0347, vol. 8, n.º 2, 2001, pp. 140-168.

MANNING, Carrie – *The Politics of Peace in Mozambique: Post-Conflict Democratization, 1992-2000*. Westport, CT: Praeger Publishers, 2002.

MANNING, Carrie – «Armed opposition groups into political parties: comparing Bosnia, Kosovo, and Mozambique». In *Studies in Comparative International Development*. Providence, RI. ISSN 0039-3606, vol. 39, n.º 1, 2004, pp. 54-76.

MILLER, Judith – *One, by One, by One: Facing the Holocaust*. Nova York: Simon and Schuster, 1990.

MONDLANE, Eduardo – *The Struggle for Mozambique*. Londres: Zed Press, 1983.

MÓSSE, Marcelo – *Breve Análise à Estratégia Anti-Corrupção do Governo: Do Dilema Salarial, dos Códigos de Conduta e da Urgência de Planos de Acção Sectoriais*. Maputo: Centro de Integridade Pública de Moçambique, 2006<sup>a</sup>. [Consultado em: 5 de Junho de 2007]. Disponível em: [http://www.integridadepublica.org.mz/publ/Análise por cento20a por cento20Estratégia por cento20Anti-Corrupção.pdf](http://www.integridadepublica.org.mz/publ/Análise%20por%20cento20Estrat%C3%A9gia%20por%20cento20Anti-Corrup%C3%A7%C3%A3o.pdf)

MÓSSE, Marcelo – «Reporter's Notebook: Mozambique». In *Global Integrity 2006 Country Reports*, 2006b. [Consultado em: 4 de Junho de 2007]. Disponível em: <http://www.globalintegrity.org/reports/2006/mozambique/index.cfm>

MOZAMBIQUE NEWS AGENCY [MNA] – «President Chissano meets with Renamo leader». In *AIM Reports* [Maputo], n.º 199, 23 Janeiro de 2001a. [Consultado em 6 de Junho de 2007]. Disponível em: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/>

MNA – «Drug trafficking is big business in Mozambique». In *AIM Reports* [Maputo], n.º 210, 29 de Junho de 2001b. [Consultado em 6 de Junho de 2007]. Disponível em: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/>

MNA – «Frelimo cadre conference in Beira». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 303, Outubro de 2001, pp. 4-7.

- MNA – «At last, Renamo holds a congress». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 305, Dezembro de 2001: 18-19, 24.
- MNA – «Frelimo Central Committee accepts that Chissano will not run again». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 306, Janeiro de 2002a, pp. 4-6.
- MNA – «Bill on rights for veterans». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 306, Janeiro de 2002b, pp. 8-11.
- MNA – «New holiday, new anthem». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 309, Abril de 2002, pp. 4-6.
- MNA – «Guebuza's not from north or south – he's from Mozambique». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 312, Julho de 2002a, pp. 11-12.
- MNA – «Frelimo's Eighth Congress: Guebuza confirmed as successor». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 312, Julho de 2002b, pp. 4-10.
- MNA – «Renamo loses its general secretary». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 313, Agosto de 2002, pp. 4-7.
- MNA – «Another deputy resigns from Renamo». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 314, Setembro de 2002, pp. 15-17, 24.
- MNA – «Police kill majermane demonstrators». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 327, Outubro de 2003, pp. 4-7.
- MNA – «Poverty reduction strategy bears fruit». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 333, Abril de 2004, pp. 4-6.
- MNA – «Frelimo and Guebuza win elections». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 341, Dezembro de 2004, pp. 4-10.
- MNA – «General election results in full». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 342, Janeiro de 2005, pp. 4-10.
- MNA – «Guebuza appoints his government». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 344, Março de 2005a, pp. 6-10.
- MNA – «Mutiny among Dhlakama's guards». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 344, Março de 2005b:13-16.
- MNA – «Finance Minister declares his assets». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 345, Abril de 2005, p. 17.
- MNA – «Dhlakama plans renewal of Renamo». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 346, Maio de 2005, pp. 13-14.
- MNA – «Thirty years of independence». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 348, Julho de 2005, pp. 4-6.
- MNA – «Nobody is above the law» [editorial]. In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 351, Outubro de 2005a, p. 3.
- MNA – «Mocimboa da Praia: from election dispute to blood on the streets». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 351, Outubro de 2005b, pp. 4-8.
- MNA – «Chissano denounces "sensationalist" media». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 351, Outubro de 2005c, pp. 8-9.
- MNA – «Defend your history, or it will be rewritten» [editorial]. In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 352, Novembro de 2005a, p. 3.
- MNA – «Renamo boycotts peace anniversary». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 352, Novembro de 2005b, pp. 4-8.
- MNA – «Cahora Bassa dam to pass into Mozambican ownership». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 353, Dezembro de 2005a, pp. 4-5.
- MNA – «Attack on corruption in justice system». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 353, Dezembro de 2005b, pp. 10-11.
- MNA – «No change to flag and emblem». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 355, Fevereiro de 2006a, pp. 4-6.
- MNA – «Frelimo brings forward its Congress». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 355, Fevereiro de 2006b, p. 18.
- MNA – «On peace anniversary, Dhlakama threatens war». In *Mozambiquefile*. Maputo, n.º 363, Outubro de 2006, pp. 12-14.
- MNA – «Candidates for Cahora Bassa bank syndicate». In *AIM Reports*, Maputo, n.º 341, 16 Maio de 2007. [Consultado em: 6 de Junho de 2007]. Disponível em: <http://www.pop-tele.org.uk/mozambique-news/>
- NEWITT, Malyn – *A History of Mozambique*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1995.
- OLICK, Jeffrey K. – «What does it mean to normalize the past?: Official memory in German politics since 1989». In OLICK, Jeffrey K. (ed.), *States of Memory: Continuities, Conflicts, and Transformations in National Retrospection*. Durham, NC: Duke University Press, 2003, pp. 259-288.
- OLICK, Jeffrey K. – *In the House of the Hangman: The Agonies of German Defeat, 1943-1949*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- PATRAQUIM, Luís – «Uma G3 chamada Cahora Bassa». In *Savana*. Maputo, 3 de Novembro de 2006. [Consultado em: 21 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://macua.blogs.com/mozambique para todos/2006/11/index.html>
- PITCHER, M. Anne – «Forgetting from above and memory from below: strategies of legitimation and struggle in postsocialist Mozambique». In *Africa*. Edimburgo. ISSN 0001-9720, vol. 76, n.º 1, 2006, pp. 88-112.
- PITCHER, M. Anne – *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE – *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009* (PARPA II). Maputo, 2 de Maio de 2006. [Consultado em: 29 de Abril de 2007]. Disponível em: [http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/p7\\_shtml](http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/p7_shtml)
- SANTNER, Eric L. – «History beyond the pleasure principle: some thoughts on the representation of trauma». In FRIEDLANDER, Saul (ed.) – *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992, pp. 143-154.
- SAUL, John S. – «Introduction». In SAUL, John S. (ed.) – *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*. Nova York: Monthly Review Press, 1985a, pp. 24-27.
- SAUL, John S. – «The context». In SAUL, John S. (ed.) – *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*. Nova York: Monthly Review Press, 1985b, pp. 36-74.
- SAUL, John S. – «The strange death of liberated Southern Africa». Paper apresentado num seminário patrocinado pelo UKZN's Centre for Civil Society e o Department of Political Science a ter lugar na University of Kwazulu [sic]/Natal, 3 de Abril de 2007. [Consultado em: 3 de Junho de 2007]. Disponível em: [www.nu.ac.za/ccs/files/saul%20the%20Strange%20Death%20of%20Liberated%20Southern%20Africa.pdf](http://www.nu.ac.za/ccs/files/saul%20the%20Strange%20Death%20of%20Liberated%20Southern%20Africa.pdf)
- SOUTHALL, Roger – «Democracy in Africa: moving beyond a difficult legacy». Democracy and Governance Research Programme, Occasional Paper 2. Capetown: Human Sciences Research Council, 2003. [Consultado em: 4 de Junho de 2007]. Disponível em: [www.hsrcpress.ac.za/download.asp?filename=1949\\_00\\_Democracy\\_in\\_Africa.pdf](http://www.hsrcpress.ac.za/download.asp?filename=1949_00_Democracy_in_Africa.pdf)
- TONKIN, Elizabeth – *Narrating Our Pasts: The Social Construction of Oral History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- VINES, Alex – *Renamo: Terrorism in Mozambique*. Londres: James Currey, 1991.
- WEINSTEIN, Jeremy M. – *Inside Rebellion: The Politics of Insurgent Violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- WORLD BANK – «Mozambique: Country Brief». 2007 [última actualização em Agosto de 2006]. [Consultado em: 29 de Abril de 2007]. Disponível em: <http://web.worldbank.org/.../MOZAMBIQUEEXTN/0,menuPK:382142-pagePK:141132-piPK:141107-theSitePK:382131,00.html> [Permanent URL: <http://go.worldbank.org/70UK6S1X30>]
- ZERUBAVEL, Eviatar – «Calendars and history: a comparative study of the social organization of memory». In OLICK, Jeffrey K. (ed.) – *States of Memory: Continuities, Conflicts, and Transformations in National Retrospection*. Durham, NC: Duke University Press, 2003, pp. 315-338.